

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

CRISE DO CAPITAL E QUESTÃO SOCIAL

Roberto Leher (UFRJ)

Resumo

O estudo tem como ponto de partida a análise da crise estrutural do capitalismo para tornar pensável a atualidade da “questão social”. Inicialmente, é discutida a natureza da crise estrutural dos anos 1970 e a força da imagem neoliberal da mesma, sustentando que, com o aprofundamento da crise em 2008, os social-liberais estão disputando sua imagem, caracterizando-a como uma crise de natureza especulativa, cuja saída seria um neodesenvolvimentismo erigido a partir dos fundamentos do neoliberalismo. O texto critica essa perspectiva a partir da crítica marxista e articula a problemática com a questão social, apontando a atualidade das categorias trabalho e classe para os desafios sociais do presente.

Palavras-chave: Crise estrutural, questão social, ideologia do desenvolvimento, neoliberalismo, social-liberalismo, socialismo, trabalho, classe, formação política.

INTRODUÇÃO

1. A caracterização da crise capitalista

A existência irrefutável de uma profunda crise do sistema capitalista não se limita à *débâcle* do sistema financeiro estadunidense, ao crescimento do desemprego, ao crescente risco da soberania alimentar dos povos e ao agravamento das condições ambientais. Em toda a história do capitalismo, o sistema do capital busca diagnosticar e empreender ações que, na óptica do capital, mantenha ou recupere a taxa de lucros. Por isso, o primeiro ponto a ser abordado neste espaço de reflexão está relacionado a um problema político e concerne às seguintes questões: qual a imagem da crise? Como conceituamos a crise?

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nos anos 1970, quem melhor construiu uma imagem da crise foram os neoliberais. Qual era seu discurso? Os neoliberais diagnosticaram que a crise tinha como determinante o tamanho do Estado e, mais especificamente, os gastos em políticas sociais que o hipertrofiou, gerando direitos em demasia, desequilibrando o mercado de trabalho em prol dos trabalhadores. A lógica positiva dos neoliberais pode ser assim resumida: o excesso de política social exige muitos impostos; as empresas pagam muitos impostos e ficam pouco competitivas; as pessoas ficam sem dinheiro para comprar mercadorias porque pagam impostos demais. E eles perseveraram, fizeram denúncias, e de forma contínua produziram tal imagem. Do ponto de vista ideológico, não resta dúvida de que esta leitura ou esta imagem da crise foi hegemônica. Perry Anderson, um historiador importante, editor da revista *New Left Review*, chama atenção para o fato de que o neoliberalismo foi uma das ideologias mais avassaladoras da história da humanidade. Até a China comunista aderiu a preceitos neoliberais. A Rússia, o coração da antiga União Soviética, aderiu ao neoliberalismo. O mundo tomou a direção do neoliberalismo! A resolução para a saída da crise foi a preconizada pelos neoliberais: era preciso golpear o Estado Social, privatizar e promover radical liberalização financeira. Mas para isso seria necessário atacar a organização dos trabalhadores, a mola propulsora dos gastos sociais. Tal agenda ficou conhecida como Consenso de Washington.

A pergunta que hoje devemos fazer é: qual imagem da crise está surgindo? Quem está tentando diagnosticar e definir a crise? Quem está fazendo propostas e desencadeando ações políticas concretas para a resolução da crise? Certamente desagradarei muitos dos meus amigos e companheiros quando digo que são os neoliberais da terceira via, ou seja, os social-liberais, os que fabricam a imagem mais persuasiva da crise. Isto é incrível considerando que levaram a humanidade à catástrofe em que estamos vivendo. São estas mesmas forças responsáveis pelas políticas neoliberais, dado o seu poder real junto aos meios de comunicação, que estão tentando definir a crise da seguinte maneira: “tínhamos especuladores inescrupulosos, desonestos, pessoas sem coração, sem alma, que foram muito gananciosos e foi esta ganância desmedida de alguns especuladores que nos empurrou para a crise”. Qual é a

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

saída, então? Dizem eles: “vamos ter que dar um choque de ordem, vamos ter que tentar reorganizar o sistema financeiro para que o bom capitalismo, o capitalismo produtivo, as empresas, possam dissipar a crise”. Em outras palavras: “temos que fazer algum tipo de retaliação contra quem foi muito ganancioso. Mas salvaremos o capital ‘produtivo’, recuperaremos o bom capitalismo produtivo e isto só é possível com o livre mercado”.

Notem as situações exóticas que estamos vivendo. Depois de *Mar Del Plata*, quando o projeto da ALCA descarrilou, da luta dos povos contra os tratados de livre comércio, dos movimentos sociais de esquerda, depois disso tudo, a nova governança progressista – Lula da Silva, Kirchner e os governos que fazem crítica à ALCA e defendem o MERCOSUL – clama pelo fim do protecionismo, afirmando: “temos que ter um livre mercado mundial”; “Deus me livre de ter protecionismo!”; “vamos apostar no livre mercado”.¹ Esta nova governança repõe a essência do neoliberalismo.

Temos, então, um problema político absolutamente decisivo. A esquerda socialista e anticapitalista precisa elaborar politicamente a sua imagem da crise e é forçoso reconhecer que estamos longe disso. Sem construir uma forte imagem da crise como um processo resultante da lógica destrutiva do capital, não será possível confrontar com a imagem que os neoliberais, agora com novas roupagens, estão difundindo como se a ganância desmedida dos especuladores fosse a essência da crise.

Nessa perspectiva, eu gostaria de sinalizar, em concordância com Gilmaísa Costa e Francisco Teixeira, que a crise é uma crise do capital e do capitalismo. Não é fácil teorizar sobre isso! Mas nós temos que perseverar na leitura e na construção teórica, de forma que possamos disputar uma imagem da crise na sociedade, isto é, mostrar que a crise é estrutural e do capital. Isto não quer dizer que estejamos à beira da hecatombe final do capitalismo, mas sem dúvida estamos vivendo, hoje, no mundo inteiro, um estado de exceção grave e devastador. A maior parte da população do mundo vive momentos de incerteza e, certamente, a saída preconizada pelos neoliberais, ainda que revestida com um novo manto, vai empurrar o trabalho para condições de barbárie ainda mais severas.

¹ Cf. PORTO-GONÇALVES e LEHER, (2009).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Elaborações feitas por Robert Brenner,² François Chesnais,³ Gerard Duménil e Dominique Lévy,⁴ John Bellamy Foster e Fred Magdoff,⁵ estão corretas na caracterização da crise. Eles afirmam que se trata de uma crise estrutural. Esta crise tem três dimensões interligadas, que potencializam seus efeitos destrutivos:

1) Estamos diante de uma crise econômica, com picos no setor financeiro, mas cujas correntes profundas estão situadas na chamada economia real, tema que será retomado adiante.

2) A crise é climática e ambiental. Não dá para secundarizar os riscos para a humanidade em face do padrão de acumulação que se generalizou no planeta Terra, sobretudo, a partir dos anos 1970. Isso nada tem a ver com a ecologia romântica e liberal. A natureza e o caráter da crise ambiental somente podem ser compreendidos em sua totalidade considerando o sistema do capital que pressupõe o uso intensivo de energia e de recursos naturais para sua reprodução ampliada. Para o capital, não importam as consequências, não importa se existe população passando fome; em última instância, o importante é manter a máquina do capital funcionando. Como manteremos a indústria automobilística e todo o complexo que gira em torno dela diante de uma crise energética profunda? Produzir novos agrocombustíveis? Qual é o problema dessa via? Mais produção combustível significa, em última instância, menos terra disponível para a agricultura de alimentos, o esgotamento dos solos e a dilapidação dos recursos hídricos.

O governo Bush tentou, de todas as formas e durante anos, censurar a academia estadunidense de ciências para afirmar que não existia o aquecimento global. Foi preciso uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em que diversos cientistas, diversas concepções teóricas e epistemológicas fizeram uma síntese e um balanço das condições ambientais e concluíram que, de fato, é inequívoco o processo de aquecimento global, com consequências devastadoras para a humanidade.

² BRENNER, (2008).

³ CHESNAIS, (2007/2008).

⁴ DUMÉNIL e LÉVY, (2007), e, especialmente, DUMÉNIL, (2005).

⁵ BELLAMY e MAGDOFF, (2009).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Tomemos um exemplo. A população da Bolívia depende da água, as populações que vivem nas regiões altas da Bolívia, como La Paz – um povo aguerrido e combativo! – dependem do degelo dos Andes para terem água para consumo. Só que a água disponível que desce das cordilheiras dos Andes foi reduzida a 15% do que existia há 10 ou 15 anos. Quando esta água for ainda mais reduzida o que restará de La Paz? Como é que a população local poderá viver numa área sem água? Não é por acaso que em Cochabamba houve a primeira “guerra da água”. Quando o governo privatizou poços de água que foram adquiridos por uma empresa que pertencia a ninguém menos do que o vice-presidente estadunidense, Dick Cheney, a população da paupérrima Bolívia teve que fazer uma verdadeira insurreição.

3) Produção e distribuição de alimentos. A soberania alimentar já é um muito grave problema no Haiti, na África e se aprofunda na América Latina. Tem provocado um aumento desmedido do custo dos alimentos. Hoje, sete ou oito grandes corporações negociam todo o cereal mundial e outras poucas controlam as sementes. Então, temos uma crise que se expressa na falta de alimentos. Como Gilmaísa brilhantemente ressaltou, isso não é um problema tecnológico, de forças produtivas, de produção. Longe disso.

Observem que temos uma crise sistêmica; é uma crise estrutural e não podemos cair no conto de que esta é uma crise decorrente da ação de trinta ou cinquenta inescrupulosos especuladores. Em fevereiro de 2009, houve uma conferência na Universidade de Columbia em que dois organizadores desse sistema do capital falaram sobre a crise.⁶ Um deles, Paul Volker – ex-secretário do tesouro estadunidense – reconhece que essa crise será mais profunda do que a de 1929. O outro conferencista é um personagem conhecido, chamado George Soros, um dos maiores especuladores das bolsas do mundo; já provocou ataques especulativos memoráveis! Ele reconhece que o sistema financeiro, tal como foi organizado, desmoronou. É muito interessante porque ele não faz autocrítica, mas, ainda assim, apesar de ser um operador desse sistema, tenta caracterizar a crise como um processo semelhante ao parasitismo. O parasita se estabelece em uma árvore e vai sugando a seiva até o ponto de matar a árvore e, portanto, morre também por não ter mais de onde extrair seu alimento. O

⁶ BEINSTEIN, (2009).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

capital rentista parasitou de forma tão profunda que está paralisando o sistema produtivo mundial. Essa caracterização, embora feita por um especulador, corrobora a imagem de que a crise foi um acidente de percurso e resultado da falta de vigilância em torno dos especuladores.

Falamos da crise econômica referida anteriormente (ponto 1) a partir de três grandes movimentos que já foram abordados pelo Francisco Teixeira e por Gilmaísa, a saber:

(i) A liberalização das finanças, do comércio e dos investimentos potencializou as contradições subjacentes à crise atual. Em outras palavras, esse movimento de liberalização, capitaneado pelas corporações e pelos organismos internacionais – como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) – é uma construção certamente muito bem sucedida sob o ponto de vista do capital. Ela foi erigida por meio da desorganização e da destruição de iniciativas de formar “capitalismos com uma forte base nacional”. Marx é mais atual do que nunca: as crises econômicas se avolumaram, sobretudo a partir da década de 1980. Os países que tinham políticas nacional-desenvolvimentistas foram convertidos às políticas neoliberais e quem resistiu à mudança econômica foi alvo de intervenção militar ou de sistemática desestabilização. De fato, temos uma liberalização do comércio e das finanças que não foi feita pela mão invisível do mercado, mas pelo sistema de Estados hegemônicos, isto é, pelo imperialismo. Foi o sistema de Estado hegemônico que organizou a liberalização. Esta liberalização chegou a todos os poros da vida social a ponto de a Organização Mundial do Comércio (OMC) concluir que educação, saúde, seguridade social são serviços que devem ser mediados pelo mercado. São serviços e não mais direitos sociais!

(ii) A vertiginosa expansão do chamado capital fictício. Hoje, até mesmo o especulador George Soros reconhece o predomínio do capital fictício que circula no mundo sob a forma de títulos e papéis. Esses títulos e papéis equivalem a 20 vezes o produto interno bruto mundial. Marx caracterizava o capital fictício como sombra de investimentos já feitos. Porque quando se faz investimentos nas bolsas ou em uma indústria, em bens e serviços, aquilo tem um valor simbólico e o papel gira em torno desse valor simbólico. Quem tem o papel, a ação de uma empresa, está convencido de que possui um determinado capital. Ora, se

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

tenho X ações de uma empresa, estou certo de que aquele dinheiro existe. Mas, e se a empresa falir? Ou se a empresa se desvalorizar? Ou se a ação que eu comprei do banco desvalorizar? Aquele papel virou papel! O título, a ação, o papel que possuo – embora esteja na esfera da especulação – têm vínculos com a economia real e com a vida real.

Tomemos o exemplo de um fundo de pensão, destes que os trabalhadores foram forçados a aceitar para ter aposentadoria. O fundo de pensão recebe contribuição todos os meses e adquire ações e outros papéis. Caso os papéis e ações sofram desvalorização o fundo entra em crise e não pode cobrir as pensões e aposentadorias. Os fundos de pensão criaram uma regrinha básica: sua pensão poderá ser reduzida se houver perda nos investimentos. Na maior parte dos fundos de pensão o cotista não tem um valor de retorno definido e, quando a crise aparece, o ônus recai sobre os trabalhadores aposentados.

(iii) A ampliação desmedida da força de trabalho mundial, triplicada entre 1980 e 2006 é outro fator constitutivo da crise. Isto foi motivado não apenas pelo crescimento da população, mas substancialmente pela inclusão de países que não estavam organizados no sistema mundial de mercadorias e de relações sociais capitalistas, como o antigo bloco soviético e, sobretudo, a China. Quando o antigo bloco soviético e a China passaram a fazer parte explicitamente do capitalismo, houve uma expansão sem paralelo na história da força de trabalho disponível. Isso impacta violentamente a luta de classes no plano mundial, na medida em que o capital tem, agora, força de trabalho disponível numa proporção e dimensão jamais vistas. Isso permitiu o deslocamento de grande parte da produção mundial para a Ásia, sobretudo para o setor dois da economia, que é o setor de produção de bens (carros, televisões, celulares, e afins). Grande parte das indústrias estadunidenses instalou plantas na China. Esta dinâmica resultou no enfraquecimento da luta dos trabalhadores estadunidenses, sufocada pelo medo do desemprego.

Ela gerou também desequilíbrios no sistema financeiro e problemas econômicos que não são secundários. Quando os Estados Unidos da América (EUA) compram mercadorias de suas empresas situadas na China, esta compra entra como importação, gerando *déficits* enormes na economia estadunidense. A China sabe, obviamente, que são transações internas

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

das empresas estadunidenses, por isso mantém um acordo tácito: o país compra títulos da dívida estadunidense para cobrir o rombo. Quanto mais a economia estadunidense importa produto chinês, mais a China tem que comprar títulos estadunidenses, aumentando o *déficit* americano de um lado e o capital fictício chinês de outro. A China está diante de uma crise de sobreacumulação, ou seja, está produzindo muito mais do que é possível ser absorvido no seu mercado. Por isto ela tem de vender para o mercado global, principalmente para os Estados Unidos. Boa parte dos produtos eletroeletrônicos e de uso cotidiano vem da China. Se o mundo entrar em recessão, a economia chinesa irá sentir; com a crise chinesa, o desequilíbrio econômico mundial vai se adensar.

É por isso que Mézszáros, seguindo Marx, mostra que se trata de uma crise do sistema do capital, englobando a dimensão especulativa e produtiva. Mesmo se nós pegássemos empresas do setor produtivo individualmente, iríamos notar que elas operam também no mercado financeiro. É notório o caso da Sadia que especulou com o dólar, achando que esta moeda ia ter certa ascensão no futuro, e se deu mal. Um dos maiores grupos de extração de minérios no Brasil, junto com a Vale, é o Votorantin – que tem um banco que, aliás, foi recuperado pelo Banco do Brasil, com dinheiro público. Em suma, o capital produtivo e o capital dito especulativo são duas faces de uma mesma moeda.

Então, a ideia de que nós vamos resgatar o “capitalismo saudável” ou o “bom capitalismo” produtivo não se sustenta no mundo real. É uma tese falsa. Não podemos aceitar esta leitura que, inclusive, é compartilhada por setores progressistas próximos à esquerda.

Não me estenderei muito na caracterização dos impactos da crise sobre a economia de cada país. Em fevereiro de 2009, 800 mil postos de trabalho foram fechados nos Estados Unidos. Quando se fala em fechamento de posto de trabalho não significa só a demissão; significa também que o lugar não será ocupado por ninguém a curto e médio prazos. Então não contamos apenas o número de demitidos na composição do desemprego; o mais grave é o fechamento de postos de trabalho. Se compararmos as exportações do Japão em janeiro de 2009 em relação a janeiro de 2008 houve uma queda de 45% e o desemprego japonês já está muito próximo dos 10%. A previsão de crescimento da China para este ano corresponde a

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pouco mais da metade do crescimento de 2008 e a sua taxa elevada se deve a generosa política de crédito. A taxa de desemprego aberta deste ano na Espanha chegará a 17%. O desemprego mundial aumentou numa proporção que significa o maior acréscimo registrado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vejam que uma manifestação real da crise é o desemprego, inclusive em setores que asseguravam os melhores postos de trabalho. Este é o caso da EMBRAER, aqui no Brasil, que fechou 4 mil postos de trabalho sofisticados do setor de produção de aviões.

O Banco Central estadunidense (Federal Reserve - FED) diz que, até o final do ano, a crise acabará. Não é verdade. Há um forte consenso entre os principais analistas que a crise não será superada em 2009. A crise de 1929 materializou-se de forma dramática em 1933. A atual está longe de se esgotar.

A argumentação de que o Brasil sairá desse quadro sem consequências sérias dificilmente será justificada porque o grau de internacionalização da nossa economia aumentou muito. Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves fizeram um estudo muito interessante mostrando que, na época do Fernando Henrique, para cada R\$ 100 formados na economia brasileira R\$ 14 dependiam da dinâmica externa. No governo Lula, em 2005, a situação estava pior porque para cada R\$ 100 produzidos na economia brasileira, R\$ 47 dependiam da dinâmica externa. Ou seja, hoje, a economia brasileira está mais mundializada. Não há como sustentar que uma queda na atividade econômica global deixará o Brasil de fora. Ao contrário, o que nós podemos antever é um aprofundamento da especialização regressiva da economia brasileira intensificando a produção de matérias-primas e alimentos. Estamos caminhando para um processo em que o setor produtivo primário ganha maior dimensão na economia brasileira. Isso tem consequências estruturais porque se trata de um setor que envolve menos conhecimento, menos tecnologias e opera uma exploração predatória da natureza. Isso nos leva a questionar: que mundo do trabalho teremos para a juventude num país que tem este perfil econômico? Está presente aqui o Daniel Rodrigues, professor da UFPE, que sabe o que é uma plantação de cana-de-açúcar. Ao redor dela vemos crianças sendo prostituídas ao lado de postos de gasolina. Como diz metaforicamente Tom Zé, um músico e poeta que admiro

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

muito, é a “PIB que faz o PIB” ou seja: a prostituição infantil-brasileira é indissociável do crescimento do produto interno. É um quadro, portanto, de especialização regressiva.

2. A crise e a questão social

Quero enfatizar nesta argumentação que a questão social, nos marcos colocados por Gilmaísa, está relacionada hoje a três grandes problemáticas. Em primeiro lugar, o aprofundamento desmedido da expropriação: mecanismo utilizado pelo capital para tornar a força de trabalho livre para ser vendida no mercado de trabalho por meio da expulsão dos camponeses das terras e da redução dos direitos sociais. Quanto mais se retira direito social, mais o trabalhador depende da venda da força de trabalho porque não tem proteção social. A redução ou focalização das políticas sociais constitui um processo de expropriação que cria maior disponibilidade de força de trabalho para o mercado e intensifica a exploração. Tendo maior quantidade de força de trabalho disponível, num momento de recessão como o atual, as pessoas serão obrigadas a vender a sua força de trabalho em troca de qualquer moeda.

Isso coloca um segundo problema: a expansão do exército industrial de reserva, que hoje engloba os sobrantes – aqueles trabalhadores expulsos do mercado de trabalho e que dificilmente a ele retornarão. Temos um exército industrial de reserva planetário. Isto se dá num momento em que o mundo tem se fechado para a imigração. Existe hoje uma reterritorialização da questão social planetária. Isso não deve ser descartado por nós, porque a reterritorialização do exército industrial de reserva é uma reterritorialização da luta de classes. Quando o setor dominante fala da questão social está interessado em domar as “classes perigosas”, os trabalhadores. Podem falar em valores humanitários, podem falar em caridade, em compaixão, mas a questão fundamental é a governabilidade e aqui nós temos mudanças que devemos acompanhar com muito cuidado.⁷

As políticas do chamado Estado de Bem Estar Social tinham como referência o trabalho, isto é, a pergunta era: como vamos lidar com o desempregado e com as pessoas que estão sem meios para manter sua vida material? O Estado deveria garantir seguro-desemprego aos desempregados, assegurar educação fundamental, assegurar uma vida laboral de trinta

⁷ Cf. LEHER, (p. 25-32).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

anos com jornadas diárias de oito horas, garantir a aposentadoria. Esta é a regra geral: elas giram em torno do trabalho.

Os neoliberais, particularmente Friedrich Hayek, têm uma discordância visceral com a política do Estado de Bem Estar Social. Não é que ele seja contra o Estado atuar na assistência social. Ele defende que não dá para tentar regular o trabalho. Em outras palavras, Hayek afirma que a taxa de desemprego é uma taxa natural que, como uma força da natureza, não deve ser freada. Para ele, quando o Estado tenta impedir a existência do desemprego, ele desorganiza a economia por interferir em algo natural. A crítica de Hayek dirige-se ao Estado de Bem Estar Social que regula o mercado de trabalho. Mas Hayek não pode negar que existam pessoas desempregadas, na miséria, passando fome. O que ele diz sobre essas pessoas? Bom, são perdedoras. Ele até admite que algumas sejam perdedoras não por falta de competência, mas porque deram azar. Mas continuam sendo perdedoras.

Hayek caracteriza estas pessoas como pobres e não como desempregadas. Eis aqui o ressurgimento do tema da pobreza que, desgraçadamente, orientou o fundamental das ciências sociais ‘críticas’. O problema são os pobres e não os desempregados. O que fazer com os pobres? Hayek dirá: “existem perdedores; eles são pobres porque são perdedores e é claro que o Estado não pode ser insensível a isso”. O que fazer então? Dar bolsas... bolsas e não direito social organizado em torno do trabalho. Bolsa para aliviar o sofrimento, para aliviar a pobreza. É com base nisso que vai surgir, posteriormente, toda uma ciência social da pobreza que inclusive tem critérios de medição de níveis de pobreza com a precisão e a escala de um microscópio eletrônico. Assim eles classificam: “aqui nós temos a faixa dos extremamente pobres... estes ganham a bolsa X”. Vocês sabem do que eu estou falando. Bolsa, assistência e não mais seguridade social. É desta forma que são estruturadas as políticas dos anos 1980 e 1990 em diante.

O Estado liberal do século XIX dispunha de 10% do excedente da riqueza produzida no país. Os Estados de Bem Estar Social chegaram a deter entre 30% e 45%. Obviamente não puderam levar as políticas sociais para todas as partes, particularmente para a América Latina. De toda forma, é importante destacar que há uma mudança estrutural na política quando se diz

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que o problema é a pobreza. Aqui falamos em categorias como inclusão, exclusão..., todas categorias neoliberais. O problema, dizem os neoliberais, é que essas políticas focalizadas que aliviam a pobreza precisam ser aperfeiçoadas. De início as bolsas eram muito fragmentadas e pouco massivas. Estou me referindo aqui à primeira geração de governos neoliberais – Salinas de Gortari, no México; Menem, na Argentina; Fujimori, no Peru; Sanchez de Lozada, na Bolívia; Collor de Mello, no Brasil, por exemplo. Esses governos neoliberais não organizaram adequadamente o sistema de alívio à pobreza. Conclusão: em menos de vinte anos, mais de uma dúzia de presidentes foram destituídos na América Latina pela luta social. Isso destruiu a primeira geração de neoliberais, colocando graves problemas políticos para os dominantes.

Tomemos o caso da Argentina, para mim o mais paradigmático. No governo Menem, o trabalho informal da Argentina chegou a 60%, algo inusitado em um país que primava pela formalização dos direitos trabalhistas. Ou seja, o trabalhador tinha carteira assinada e no governo Menem estes trabalhadores se veem na condição de precários. Junto a isto houve aumento dos índices de pobreza. Essa situação motivou o surgimento dos piqueteiros, trabalhadores desempregados que, para o marxismo evolucionista e vulgar, constituiriam um sujeito social impossível. Para o marxismo dogmático, não é crível que um desempregado seja protagonista da luta de classe. Esses sujeitos sociais “impossíveis”, os piqueteiros, começaram a fazer mobilizações e fechamento de estradas, impedindo que as mercadorias circulassem. O movimento piqueteiro organizou assembleias populares, começou a discutir o poder popular, a auto-organização dos trabalhadores, cooperativas... Enfim, coisas muito heterogêneas, mas, indubitavelmente, tal movimento ganhou força no país inteiro. A crise se avolumou, explodindo em 2001. Em dez dias, quatro presidentes caíram. O parlamento indicava um presidente e logo depois ele caía pela mobilização popular.

A luz vermelha do sistema mundial acendeu, porque estava evidente que os setores dominantes não conseguiam mais organizar o domínio. Lênin diz que uma crise é revolucionária em três condições: primeiro, tem que ser uma crise econômica tectônica, profunda, como a de agora e como aconteceu na Argentina (profunda e com milhares de pessoas no desemprego). Por conta disto, a classe média empobreceu rapidamente, os

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhadores de baixa renda passaram à condição de miséria. Segundo, que os dominantes não consigam mais organizar o domínio, não consigam governar mais porque os movimentos sociais dizem: “não aceitamos! Não aceitamos mais!”. E a terceira condição, a de que os trabalhadores estejam com capacidade de auto-organização para levarem a luta até o final. Na Argentina, a primeira condição estava dada: a crise era tectônica. A segunda estava dada, ou seja, os dominantes não conseguiam mais organizar o sistema de domínio. Mas a terceira condição não estava assegurada porque a luta tinha um aspecto espontâneo. Isto permitiu que houvesse a recomposição do poder dominante na Argentina. Como?

No governo Eduardo Duhalde, um dirigente que tinha controle sobre a máquina peronista nos bairros e era apoiado pelo Banco Mundial, a política de alívio à pobreza foi massificada e acompanhada de uma disputa com os piqueteiros pela direção desta política. Na sua tese – que vocês não podem deixar de ler – Kátia Marro⁸ estudou os *piqueteiros* e a recomposição do poder na Argentina. Os dados que vou citar são dessa pesquisa. A crise aconteceu em 2001: quedas sucessivas de presidentes, as massas na rua. A política oficial dominante já não conseguia domar as massas. Em janeiro de 2002, o programa de bolsas estava reduzido a míseras 20.000 (vinte mil) bolsas. Nesse mês, aconteceram duzentos fechamentos de estradas na Argentina e, em fevereiro, subiram para trezentos. Foi então que, em um mês, o governo implementou 350.000 (trezentos e cinquenta mil) bolsas com o apoio do Banco Mundial. Em abril, 500 (quinhentos) fechamentos de estradas ocorreram. Caos, tudo parado. O governo, então, eleva a quantidade de bolsas para 1.000.0000 (um milhão) num momento em que haviam 21% de desempregados na Argentina. Mas em maio, já com a distribuição de um milhão de bolsas, os piqueteiros conseguem fazer 515 (quinhentos e quinze) fechamentos de estradas e as bolsas passam para 1,6 milhão (um milhão e seiscentas mil) e a mobilização começou a arrefecer.

O repasse dessas bolsas foi feito pelo Partido Peronista e por setores piqueteiros que o governo pretendia cooptar. Ou seja, havia assembleias comunitárias nos bairros pobres e elas

⁸ MARRO, (2009).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

próprias discutiam como seria a distribuição das bolsas aos moradores. Isso retirou dos piqueteiros o espaço da política. As pessoas tinham fome, estavam na miséria, e iam às reuniões para receber bolsas, cujo número cresceu assustadoramente em pouco tempo. Com isso, Duhalde foi canalizando, paulatinamente, o conflito social para a institucionalidade, para a mediação dos partidos burgueses e para o próprio Estado. Ou seja, aquela condição que Lênin fala dos dominantes não conseguirem mais dominar, começa a ser superada; os dominantes argentinos restabeleceram o controle pela persuasão e pela violência, houve massacres de várias pessoas. Em suma: repressão permanente, mas ao lado da repressão estão as bolsas de alívio à pobreza.

Então vejam que a questão social ganha uma dimensão nova. O discurso e a prática dominantes que recompõem a hegemonia não têm traços universalistas. Isto é diferente da orientação do Estado de Bem Estar Social, cujas políticas estavam assentadas em princípios “virtualmente” universais: “a escola pública para todos”, “a seguridade é um direito de todos”, “a aposentadoria é um direito de todos aqueles que cumprirem certas exigências” etc. Agora, a recomposição da hegemonia dominante não ocorre mais em uma perspectiva universal, mas por uma miríade de políticas focais.

Essa orientação focalista ganhou um salto qualitativo – e eu vou começar a fazer a minha síntese final – no governo Kirchner. O governo foi eleito com aproximadamente 20% de votos. O adversário dele, Menem, desistiu do segundo turno. Entretanto, os setores dominantes sabiam que a Argentina não estava livre da revolução; a situação era potencialmente explosiva em 2003. Kirchner conseguiu agregar os setores dominantes e fez uma política extremamente bem construída, como a de Lula da Silva que também é brilhante. O que fez Kirchner? A geração de militares que matou e torturou é composta de pessoas idosas que já estavam chegando ao final de suas vidas. Ele recuperou uma política de direitos humanos, de punição, que iria aos tribunais, uma coisa lenta, gradual e segura. Lenta demais! Provavelmente, pouquíssimas pessoas pagariam seus crimes hediondos com os rigores da lei. Com isso atraiu setores de um movimento que tem um simbolismo mágico na Argentina e que temos que amá-lo e admirá-lo: as “Mães da Praça de Maio”. Hebe de Bonafini, a principal

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pessoa pública do movimento, apoiou o governo Kirchner. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) estava rachada em duas partes. Kirchner reunificou a CGT e atraiu parte da Confederação dos Trabalhadores da Argentina (CTA) que era a cisão da CGT por discordar da orientação neoliberal desta central.

A esse processo de atração de forças, outrora adversárias do projeto em curso – o projeto neoliberal –, Gramsci denominou de transformismo. Esta é uma categoria riquíssima para análise. Kirchner conseguiu promover um transformismo tectônico, erigindo uma ampla base de sustentação de seu governo que, entretanto, pode ser desfeita rapidamente, em virtude das respostas pífiás às demandas sociais populares. Mas de todo modo, o governo de Nestor Kirchner e o início do governo de Cristina Kirchner lograram canalizar grande parte do conflito social para o Estado e para o aparato que girava em torno do Estado que Gramsci chamou de fortalezas e casamatas dos setores dominantes, os aparelhos privados de hegemonia como partidos, sindicatos etc. Houve, desta forma, uma recomposição do poder dominante, mesmo que provisória.

A política social atuou no sentido do restabelecimento da ordem. Eu penso que o programa “chefes e chefes de família”, que dão as bolsas na Argentina, foi decisivo para a recomposição do poder dominante em um contexto potencialmente revolucionário.

3. Concluindo com algumas indicações

Aqui posso indicar algumas pistas. Esta crise atingirá, ou melhor, já está atingindo de forma muito violenta os camponeses, os povos indígenas, os trabalhadores precarizados e importantes setores da classe trabalhadora organizada – que têm carteira de trabalho e que atuam em locais de trabalho organizados, fábricas etc. Portanto, nós temos, indubitavelmente, uma janela de oportunidades históricas. As duas outras condições a que Lênin se referiu ainda precisam ser construídas porque com as políticas de alívio a pobreza no Brasil as condições de governabilidade de Lula da Silva são extraordinárias. Melhor que as condições de Kirchner porque lá não foi possível coesionar todos os setores dominantes relevantes, como os grandes proprietários rurais.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nosso desafio é, portanto, a educação política das massas. Devemos mostrar o significado das políticas de alívio à pobreza; devemos discutir a ressignificação da questão social em torno da pobreza e não do trabalho. Temos o desafio de construção de hegemonia que exigirá uma leitura e interpretação do marxismo em novas bases que não sejam dogmáticas. O marxismo dogmático não reconhece nos camponeses e nos trabalhadores desempregados um protagonismo social relevante. Nós, como estudiosos e cientistas sociais, temos que ter fidelidade aos nossos objetos de estudo; precisamos ser fiéis ao movimento real da luta. Necessitamos partir da questão: quem faz luta antissistêmica, hoje, na América Latina? E não de uma fórmula pronta segundo a qual só faz luta relevante o trabalhador fabril. Se não levarmos a sério a pergunta acima não conseguiremos reter e compreender o movimento do real, de modo concreto. Isto exige um esforço teórico enorme.

Creio que as contribuições de Mariátegui, marxista peruano; Aníbal Quijano, também peruano, e muitos outros latino-americanos, ajudam a pensar e a intervir nesta realidade. Devemos atentar para as contribuições do inglês Thompson que mostra que a classe não é um dado, a classe é um processo histórico, a classe constitui-se na luta social, no “fazimento” da luta de classe. Thompson sempre utiliza a ideia de classe como processo: “o fazimento da classe”. Os trabalhadores desempregados em si não são classe, isto é óbvio. Mas quando eles estão fazendo lutas sociais estão inseridos na luta de classes e, desta forma, incorporam-se à classe no “fazimento da luta de classe”. Entendo que esta compreensão é necessária para que possamos pensar o protagonismo social do século XXI num quadro em que a barbárie social está posta.

Todo o esforço atual de organização dos setores anticapitalistas e, notadamente, socialistas, é a nossa tarefa decisiva. Mas para isso, temos que fazer a batalha das ideias e a educação política. É preciso dismantelar a ideia incutida na alma dos trabalhadores pela política de alívio à pobreza de que são pobres e não classe trabalhadora. Ela apregoa que os trabalhadores são pobres e fracassados. Por isto não são sujeitos sociais e nem devem lutar porque, afinal de contas, têm sua parcela de culpa nisso. Essa é uma tarefa que já está sendo encaminhada. Tenho muita expectativa e otimismo em função do ambiente intelectual que

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

está em curso na América Latina. Estamos em estado de rebeldia. Desde as lutas podemos avançar a agenda da ALBA.

Muito desse pensamento crítico no Brasil vem sendo forjado nas Escolas de Serviço Social. Aproveito para fazer uma homenagem aos estudantes e professores dos cursos de Serviço Social que conseguiram manter, nos tempos mais adversos, a chama do pensamento crítico brasileiro e latino-americano.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Ideias e ação política na mudança histórica**. Margem Esquerda – ensaios marxistas, n. 1. São Paulo: Boitempo, 2003.

BARRÈRE, C. et. al. *Lire la crise*. Paris: PUF, 1986.

BEINSTEIN, Jorge. **Sinais de implosão**: rumo à desintegração do sistema global. Carta Maior, 5/3/09, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15778>. Acesso em 20 mar. 2009.

BELLAMY, John Foster e MAGDOFF, Fred. **Implosão e estagnação**. Retrato do Brasil, n. 19, fevereiro de 2009.

BRENNER, Robert. *Una crisis devastadora en ciernes*. *Rebelión*, 6/2/08.

CHESNAIS, François. *El fin de un ciclo: alcance y rumbo de la crisis financiera*. *Carré rouge / La brèche* n. 1 Diciembre 2007-Enero-Febrero 2008.

DÚMENIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – neoimperialismo. **Econ. Soc.** vol. 16, n. 1, Campinas, Abril 2007.

DUMÉNIL, Gérard. *Estados Unidos y la crisis: dimensión y perspectiva, exposicion*. en 1/2/05, Centro Cultural de la Cooperación, Buenos Aires, Argentina.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HAYEK, F. A. Os princípios de uma ordem social liberal. In: CRESPIGNY, A.; CRONIN, J. (Org.). **Ideologias políticas**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

LEHER, R. Capitalismo dependente e direitos humanos: uma relação incompatível. In: **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Justiça global, Rio de Janeiro: ed. Fundação heinrich boll. s/b. Sem data.

MARRO, K. **A rebelião dos que sobram**: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos socioassistenciais de contrainsurgência na Argentina contemporânea. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social, UFRJ, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e LEHER, R. De soberania, de protecionismo e de territórios. In: ALAI, **América Latina en Movimiento**, 26/03/2009.